vinetur

Deputado francês apresenta projeto para transferir faixas de proteção contra pesticidas para fora das terras agrícolas

A proposta recupera uma regra rejeitada pelo Conselho Constitucional e transfere para fora das parcelas cultivadas as faixas sem pesticidas junto a habitações

terça-feira, 3 de novembro de 2026



Um projeto de lei centrista apresentado na Assembleia Nacional francesa a 27 de outubro pretende restabelecer uma regra que coloca as faixas de proteção sem pesticidas fora das terras agrícolas, reabrindo um debate delicado sobre o equilíbrio entre agricultura, saúde pública e desenvolvimento rural em França.

Segundo a Agra, a proposta foi apresentada pelo deputado centrista Hubert Ott e centra-se nas chamadas ZNT, sigla francesa para zonas sem tratamento, onde não podem ser aplicados produtos fitofarmacêuticos. A medida recuperaria uma abordagem que já tinha sido incluída na lei de emergência agrícola francesa, antes de ser anulada pelo Conselho Constitucional.

A localização dessas faixas sem tratamento está no centro da controvérsia. O novo projeto pretende transferi-las para fora das terras agrícolas, em vez de exigir que sejam retiradas da própria parcela cultivada. Na prática, esta questão afeta a área que um produtor pode utilizar e determina quem suporta a restrição quando há habitações ou outras construções perto dos campos.

A Agra noticiou que o projeto também reforçaria a fiscalização de parcelas abandonadas. Embora o texto limitado disponível não detalhe os instrumentos de aplicação, esta parte da proposta aponta para outra preocupação recorrente na política agrícola francesa: as terras não utilizadas ou negligenciadas podem criar problemas agronómicos e sanitários para os produtores vizinhos.

A iniciativa surge na sequência de um debate de longa data em França sobre a utilização de pesticidas perto de zonas residenciais. As faixas de proteção têm sido um dos aspetos mais contestados desta discussão, sobretudo em locais onde as terras agrícolas confinam com aldeias ou zonas residenciais mais recentes. Os defensores de proteções mais rigorosas argumentam que são necessárias áreas sem tratamento perto de zonas povoadas, enquanto muitos grupos agrícolas afirmam que o atual quadro pode retirar terras produtivas da produção e criar encargos desiguais para os produtores, consoante os padrões de urbanização locais.

Para o setor das bebidas, a proposta poderá ter um impacto particularmente significativo nas regiões vitivinícolas. Em França, as vinhas situam-se muitas vezes perto de habitações, estradas e limites de aldeias, e as regras de pulverização junto a

essas zonas podem afetar diretamente a área de vinha que continua em produção. Se o projeto avançar, poderá alterar a forma como os encargos são repartidos entre viticultores e projetos urbanísticos próximos, sobretudo onde a construção de novas habitações avançou sobre áreas de vinha já estabelecidas. Uma fiscalização mais rigorosa das parcelas abandonadas também poderá ser relevante nas zonas vitivinícolas, onde terrenos sem manutenção podem dificultar o controlo de doenças e pragas nas vinhas vizinhas.

A apresentação do projeto não significa que a medida venha a tornar-se lei. Terá ainda de percorrer o processo parlamentar, onde as questões relacionadas com a proteção da saúde, os direitos de propriedade e o ordenamento local deverão merecer particular atenção. Mas, ao retomar uma disposição já rejeitada pelo Conselho Constitucional noutra formulação, a proposta mostra que os deputados continuam à procura de uma solução politicamente viável para uma das questões mais difíceis da regulamentação agrícola francesa.